



Contraditório Think Tank

Artigo

Educação Moral | Luís Faria e Matilde Pais

As opiniões expressas no artigo são da inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não coincidem necessariamente com a posição do Contraditório.

Este é um artigo sobre a liberdade para poder escolher o melhor para os nossos filhos e sobre como melhorar a qualidade do sistema de ensino. É também sobre moral. Propomos soluções para libertar o sistema de ensino dos políticos, da burocracia e dos grupos de interesse e devolvê-lo a quem deve ser responsável pelas escolhas: os pais e as famílias.

Tornou-se incontornável associar a Finlândia a sucesso educativo, como se fossem sinónimos. Mas o sucesso da Finlândia deve-se ao estudo e implementação do que de melhor têm outros sistemas de educação¹. Os finlandeses foram bons a aprender, facto que os tornou bons a ensinar. A profunda crise económica e financeira do início da década de 90 levou a Finlândia a questionar o pensamento convencional sobre a educação e permitiu a introdução de mais

autonomia e flexibilidade no seu sistema de ensino. Mas este artigo não é sobre a Finlândia. A actual situação económica em Portugal poder-nos-ia fazer pensar em paralelismos, mas há outros motivos para Portugal repensar o seu sistema educativo, para além da actual crise e do sucesso da Finlândia.

Apresentamos algumas ideias que, uma vez implementadas, trariam um sistema de ensino melhor e mais justo. Os exemplos de sucesso apresentados em seguida têm como amostra uma população que talvez convença os mais cépticos de que o sucesso no ensino tem pouco que ver com a etnia ou classe social, mas tudo que ver com moral e liberdade.

Autonomia

Londres. Na escola pública de Paddington menos de 20 por cento dos alunos, sobretudo

¹ Alemanha, Suécia e países anglo-saxónicos – EUA, Canadá, Inglaterra.



de bairros sociais “problemáticos”, conseguiam cinco bons resultados nos exames de final do ensino secundário. Havia lutas com facas, detenções, drogas e os portões da escola eram frequentados por gangues.

Esta escola tornou-se uma academia: uma escola pública retirada da esfera de controlo do governo local e à qual é atribuída mais liberdade na contratação de pessoal e nos métodos de ensino. Seis anos depois, a academia de Paddington continua a ter alunos de bairros sociais “problemáticos”, mas está irreconhecível. Em 2011, 69 por cento dos alunos obtiveram o nível bom nos exames do secundário e ultrapassaram largamente a média nacional. Mais de metade dos alunos vêm de agregados familiares pobres e têm direito a refeições gratuitas na escola e mais de 75 por cento não fala inglês como primeira língua².

O que torna a academia diferente? Primeiro, a academia tem pessoas excepcionais. Depois, usa métodos distintivos, entre os quais a concorrência. A liberdade para contratar e para definir o melhor método de ensino tornam a escola exemplar e quem beneficia são sobretudo os alunos. Mais autonomia permite às escolas escolherem as melhores estratégias e

² Sobretudo de África, Bangladeche, Iraque, Kosovo e das Caraíbas.

libertarem-se de governos e burocracia que antes as condenavam ao insucesso.

Numa outra escola de Londres, em Newham - uma das zonas mais pobres e multiculturais da cidade -, quando uma professora que queria premiar alguns alunos devido aos seus bons resultados lhes perguntou onde gostariam de ir em viagem, ouviu como resposta o restaurante Nando's mais próximo. Quando insistiu para que fossem um pouco mais ambiciosos os alunos então responderam que queriam ir a um outro restaurante Nando's, um pouco mais longe. Acabaram por ir a Paris. [O sucesso desta escola deve-se à extraordinária qualidade da sua direcção e ao facto de ignorar os incentivos do Ministério da Educação](#)³.

Liberdade de escolha

Mas a autonomia das escolas deve ser apenas o primeiro passo de um caminho rumo a mais liberdade. Os pais devem poder escolher a escola que oferece melhores condições e que tem a melhor estratégia para responder às suas ambições e desejos e necessidades dos seus filhos, onde quer que a escola se situe e quer esta seja pública ou privada. Os pais podem, por exemplo, receber

³ Schools for success, Financial Times, 30 Março 2012



um cheque-ensino que podem utilizar exclusivamente na educação dos seus filhos. Apenas a título de exemplo, o valor do cheque podia ser proporcional ao custo médio que cada criança representa actualmente no orçamento do Ministério da Educação. Esta solução permitiria uma escolha mais alargada para os pais (se os requisitos para aprovação das escolas não fossem absurdamente rígidos) e introduziria mais concorrência entre escolas.

As escolas teriam assim os alunos que conseguissem atrair, sem que a escolha estivesse condicionada por critérios geográficos ou quaisquer outros definidos politicamente. É imoral que a qualidade do ensino oferecido seja determinada com base na área de residência.

Este sistema abriria caminho a uma maior variedade e oferta de escolas. Os professores poderiam definir o currículo - que deixaria de ser imposto centralmente pelo Ministério da Educação - para o adaptarem às necessidades dos seus alunos; os pais estariam mais envolvidos nos trabalhos da escola e seriam mais responsáveis pela educação dos seus filhos; e, como consequência, o impacto na qualidade do ensino e nos resultados das crianças seriam muito positivos, como aliás

demonstra a experiência, por exemplo, no Reino Unido e EUA.

A resistência do *status quo* e muitos preconceitos sobre a introdução de mais liberdade de escolha é o comportamento previsível. Sindicatos e burocratas unirão esforços para que a medida não avance, mas é uma reforma tão profunda na vida das pessoas, sobretudo dos pais e das crianças, que será suficiente que os pais se apercebam de como o actual sistema é imoral, injusto e de má qualidade para que a mudança seja inevitável, mais cedo ou mais tarde.

Esta reforma não seria a ideal nem estaria completa, mas seria um primeiro passo fundamental para fortalecer a nossa liberdade de escolha, a qualidade do ensino e oferecer a todos as mesmas oportunidades, quer vivam em bairros privilegiados ou “problemáticos”, ou optem por sistemas de ensino diferentes. As escolas que actualmente discriminam com base no critério geográfico estariam abertas a receber alunos de outros bairros, mais desfavorecidos, e resultaria numa menor estratificação social. Uma escola que se especializasse numa área de ensino específica, por exemplo, nas artes ou ciências, atrairia alunos de diferentes zonas, com esse interesse comum. O cheque-ensino, ou outra solução semelhante, beneficiaria a qualidade do



ensino sobretudo para as crianças de famílias de menores rendimentos que actualmente vêm o acesso às melhores escolas ser bloqueado por critérios geográficos.

Uma sociedade próspera e justa pode e deve encontrar alternativas ao actual imoral sistema de ensino e ao seu financiamento, nomeadamente quando é a liberdade de escolha das famílias e a qualidade do ensino que estão em causa. No séc. XIX, nos EUA e no Reino Unido, não existia escolaridade obrigatória nem o ensino era financiado pelo governo, no entanto o acesso era praticamente universal, excepção feita a escravos e não brancos⁴. Cerca de 200 anos depois, no mundo mais próspero, pacífico e globalizado que alguma vez existiu, onde a escravatura e a discriminação racial existentes são meros resquícios do obscurantismo de outrora, há todas as razões para acreditar que o ensino pode ser mais livre, moral e simultaneamente universal, mesmo – ou sobretudo - sem o envolvimento do Estado⁵.

Luís Faria, Investigador Associado e co-fundador e Presidente da Direcção do Contraditório Think Tank; Matilde Pais, Investigadora Associada e co-fundadora e Vice-Presidente da Direcção do Contraditório Think Tank

Citação: Luís Faria e Matilde Pais, 2013, “Educação Moral”, Artigo 13/29, Contraditório Think Tank, www.contraditorio.pt

Copyright: Este artigo é disponibilizado de acordo com os termos da licença pública [creative commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

⁴ E. G. West, *Education and the State* (London: The Institute of Economic Affairs, 1965) em Milton Friedman, Rose Friedman, *Free to Choose: A Personal Statement*, Houghton Mifflin Harcourt, 1990.

⁵ The National Philanthropic Trust (2012) refere que os donativos em 2010 atingiram 2 por cento do PIB dos EUA e não há razões para pensar que este valor não pudesse ser maior, pelo contrário. No Reino Unido, 75 por cento das instituições de beneficência são financiadas exclusivamente com donativos privados.